

ERRATA

Trabalho - 2ª Fase OAB - Teoria, Prática, Peças e Questões - Especial 41º Exame de Ordem

Autor: Cleize Kohls

Luiz Dutra

Texto incluído: aparece em fonte vermelha.

Exclusão ou substituição de texto: aparecem tachados.

Omissis – (...): indica que há texto sequencial que não foi alterado.

Texto em fonte preta: texto existente na edição anterior.

Pág.645

ENUNCIADO 04

Mandado de Segurança

Peça autoral

Ana Helena Ribeiro ajuizou ação trabalhista, em 22/01/2024, postulando a concessão de tutela de urgência, para obter a reintegração imediata ao emprego e ter restabelecido o plano de saúde. Na ação, a reclamante refere ter prestado serviços para o reclamado, a Hospital Cuidados de Saúde, de 01/09/2020 até 31/12/2023, exercendo a função de enfermeira, momento em que, por iniciativa do empregador e sem justa causa, teve rescindido o contrato.

Relata que em 01 de dezembro de 2023 soube que estava grávida, e imediatamente comunicou seu empregador. O empregador, então, lhe dispensou sem justa causa, argumentando que em razão do trabalho em condições insalubres a empregada não teria mais como trabalhar no Hospital.

Com a dispensa a empregada teve cancelado o plano de saúde, o qual é fundamental para que possa fazer os exames médicos solicitados pelo médico, já que não possui condições de arcar com o custo de modo particular.

A ação foi distribuída para a 100ª Vara do Trabalho de Porto Alegre-RS, e autuada sob número 12345-6. Após isso, o magistrado, ao analisar o pedido de tutela provisória de urgência, indeferiu o pedido, referindo que voltaria a analisar o pedido após a instrução processual, pois não vislumbrava os requisitos para a concessão da medida antecipatória.

~~Inconformada com a decisão, Ana Helena impetrou Mandado de Segurança para o TRT. Porém o Tribunal Regional, manteve a decisão de primeiro grau, negando a concessão da ordem.~~

Como advogado de Ana Helena Ribeiro, e elabore a medida judicial cabível na defesa dos interesses da sua cliente. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão.

